

Institucionalização e desinstitucionalização de crianças: o resumo executivo de uma comissão do *Lancet Group*¹

Esta Comissão do Grupo Lancet defende a reforma global do cuidado de crianças separadas dos pais por meio da substituição progressiva da provisão institucional por um cuidado familiar seguro e carinhoso. Ele fornece informações essenciais sobre a escala global de institucionalização e suas conseqüências físicas, sociais e de saúde mental. Apresenta um roteiro pragmático para mudanças cuidadosamente gerenciadas. Aqui descrevemos as dez principais mensagens da Comissão.

1. A institucionalização afeta milhões de crianças em todo o mundo. Em 2015, estimou-se que entre 5,09–6,10 milhões de crianças viviam em instituições em todo o mundo, a maioria em países de baixa e média renda. Os fatores que levam à institucionalização incluem pobreza, privação social e habilidades parentais precárias, doenças e deficiências de cuidadores e crianças, desastres naturais e causados pelo homem e abuso e negligência de crianças.

2. Atender às necessidades sanitárias e nutricionais de uma criança não é suficiente. O atendimento institucional é tipicamente inconsistente, sendo prestado por funcionários com salários e treinamento insuficientes. Frequentemente, há uma alta rotatividade de funcionários, o que limita a construção eficaz de relacionamentos e cria tempo insuficiente para fornecer um padrão básico de atendimento. As crianças também podem sofrer maus-tratos de colegas e funcionários. O atendimento institucional nega às crianças e aos adolescentes o acesso a redes de parentes que têm um papel importante em muitas sociedades.

3. A institucionalização costuma ter um efeito profundo no desenvolvimento físico e psicológico de uma criança e pode estar associada a problemas de saúde mental a longo prazo. Os maiores efeitos são sobre o crescimento físico e o desenvolvimento cognitivo: pelo menos 80% das crianças institucionalizadas estavam abaixo da média dos grupos de comparação nesses domínios. As crianças institucionalizadas também estão em maior risco de problemas de apego. Estadias mais longas nas instituições levam a mais problemas, e a exposição entre 6 e 24 meses de idade pode ser especialmente prejudicial.

4. Quando as crianças saíam das instituições e são colocadas em alternativas baseadas na família (adoção, família extensa ou acolhimento familiar), a situação melhora rapidamente - uma recuperação impressionante é vista em todos os domínios. Além disso, mesmo crianças que foram expostas a privações severas podem desenvolver vínculos seguros com os novos pais desde a adoção ou a colocação em acolhimento familiar.

5. Nos últimos 100 anos, houve uma mudança significativa no atendimento familiar de crianças na América do Norte e na maior parte da Europa. A mesma mudança em outras partes do mundo é urgentemente necessária. Em dezembro de 2019, cerca de 265 organizações, incluindo o UNICEF, endossaram recomendações abrangentes para implementar a Resolução das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 2019, incluindo medidas para substituir progressivamente as instituições pelos cuidados familiares.

6. Mudar as crianças das instituições para as famílias requer a coordenação de um conjunto integrado de iniciativas globais, nacionais e locais. Somente um esforço conjunto que vincule políticas e recursos nacionais e internacionais ao conhecimento e práticas locais pode criar mudanças significativas e sustentáveis. As agências globais de desenvolvimento, governos, doadoras, organizações religiosas e voluntárias precisam trabalhar juntas para transformar os sistemas de assistência, abordar os propulsores da institucionalização, apoiar a proteção infantil e acabar com o tráfico de crianças. Os formuladores de políticas devem reconsiderar incentivos a instituições, como incentivos fiscais para doações e outras transferências financeiras através de voluntariado em instituições de acolhimento.

7. Políticas nacionais para a eliminação progressiva de instituições de acolhimento são necessárias como parte de um continuum de cuidado para as crianças. Os países devem desenvolver e orçar a reforma dos sistemas de cuidados alternativos, com o objetivo final de que cada criança seja cuidada num ambiente familiar seguro, sustentável e acolhedor. Isso deve incluir fortalecimento familiar, cuidados alternativos baseados em colocação familiar e a eliminação progressiva de instituições, situadas dentro de um

¹ Esta é uma tradução feita por Jonathan Hannay do artigo "Institutionalisation and deinstitutionalisation of children: the Executive Summary from a Lancet Group Commission" originalmente publicado pela Lancet Child & Adolescent Health em 23 de junho de 2020.

sistema mais amplo de proteção à criança. A coleta de dados de boa qualidade também é essencial para monitorar a oferta de serviços e os resultados de saúde e desenvolvimento das crianças.

8. O conhecimento local e a ação local são essenciais. É importante entender os conhecimentos, atitudes e práticas locais ao iniciar um diálogo sobre a melhoria do cuidado das crianças. As agências podem identificar famílias com crianças em risco de separação e fornecer material preventivo, saúde, psicossocial e apoio aos pais. Eles também podem ajudar no processo de eliminação progressiva das instituições, supervisionando o bem-estar infantil durante a transição e treinando a força de trabalho institucional para novas funções profissionais de apoio ao cuidado da família. O movimento de financiamento das instituições para os cuidados familiares deve ocorrer de maneira deliberada, faseada e segura, que priorize a proteção da criança.

9. As vozes das crianças precisam ser ouvidas. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, as crianças têm o direito de participar de qualquer questão que as afete. Durante todo esse processo e em todos os níveis, as opiniões e necessidades das próprias crianças e jovens devem ser ativamente buscadas e respeitadas. A estratégia também deve incluir os principais grupos de risco, como crianças com deficiência.

10. Esses objetivos são realistas e necessários. Exemplos como o programa Tubarerere Mu Muryango (Vamos criar crianças em famílias) em Ruanda demonstram que, com vontade política, com monitoramento de perto de metas e cronogramas e campanhas de mídia de massa, é possível o movimento em larga escala de crianças das instituições para os cuidados familiares. A desejo global de fornecer atendimento ideal para crianças separadas dos pais nunca foi tão grande. Está sendo desenvolvida uma energia para mudar as crianças das instituições para as famílias, lideradas por evidências bem-vindas e liderança prática de muitos setores da saúde infantil, proteção infantil e bem-estar social. É essencial que governos, organizações não governamentais e profissionais de saúde e assistência social trabalhem juntos para que as ações não sejam tomadas precipitadamente, com conseqüências adversas potencialmente não intencionais, mas que sejam oportunas, sustentáveis e centradas na criança.

Declaramos não haver interesses concorrentes.

*Niall Boyce, Jane Godsland, * Edmund Sonuga-Barke*

edmund.sonuga-barke@kcl.ac.uk

The Lancet Psychiatry, Londres, Reino Unido (NB),
The Lancet Child & Adolescent Health, Londres,
Reino Unido (JG), Departamento de Criança e
Adolescente Psiquiatria, Instituto de Psicologia,
Psiquiatria e Neurociência, King's College London,
Londres SE5 8AB, Reino Unido (ES-B)